

Aborto legal nos casos de violência sexual: uma análise da produção em periódicos científicos brasileiros

Kátia Morgana Sant' Ana & Luciana Patricia Zucco

RESUMO

Este artigo analisa a produção de conhecimento sobre o aborto legal nos casos de violência sexual em periódicos da área da saúde coletiva e do Serviço Social. A perspectiva que orienta a análise é ancorada nos direitos sexuais e reprodutivos como dimensão dos direitos humanos. De abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, o estudo foi realizado em 2014 e seus dados foram submetidos à análise temática de conteúdo. Os resultados apontam que o maior número de produções acadêmicas sobre a temática estão presentes nas Revistas de Saúde Coletiva: Cadernos de Saúde Pública e Rev. Saúde Pública, respectivamente. No Serviço Social, a discussão é secundarizada, o que pode indicar uma tendência em termos de posição teórico-metodológica da profissão ao privilegiar alguns temas em detrimento de outros. Nota-se que tanto o aborto legal quanto a violência sexual são objetos de políticas públicas nas quais os/as assistentes sociais atuam. Indica, portanto, a necessidade de o tema ser inserido nos cursos universitários para além do campo das ciências da saúde, uma vez que a temática é transversal às relações sociais. Ademais, os resultados revelam o número insuficiente de serviços voltados e especializados para atendimento às mulheres vítimas de violência sexual existentes no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Aborto legal.
Violência sexual.
Saúde da mulher.
Serviços de aborto legal.

Recebido em 06/07/15.

Aprovado em 29/05/16.

Legal abortion in sexual violence cases: an analysis of production in brazilian scientific journals

In this paper, we analyze the production of knowledge about legal abortion in cases of sexual violence in public health and Social Work journals. The perspective that guides the analysis is anchored in sexual and reproductive rights as a dimension of human rights. This bibliographical study of qualitative approach was conducted in 2014 and the collected data were submitted to thematic analysis of content. The results showed that the greatest number of academic productions relative to the theme are present in collective health journals: Cadernos de Saúde Pública and Rev. Saúde Pública respectively. In Social Work, the discussion is considered a secondary issue, which may indicate a tendency to prioritize some issues over others in terms of theoretical and methodological positions in this profession. We can note that both legal abortion and sexual violence are public policy objects on which social workers act. Therefore, this work indicates the need of the subject to be inserted in university courses beyond the field of health sciences, since the theme crosses social relations. In addition, we report the insufficient number of focused and specialized services to assist women victims of sexual violence in Brazil.

KEYWORDS Legal abortion. Sexual violence. Woman's health. Legal abortion services.

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|--------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 25 | n. 1 | p. 183-207 | Jan/Jun 2015 |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|--------------|

Introdução

O presente artigo analisa a produção de conhecimento sobre o aborto legal nos casos de violência sexual em periódicos da área da saúde coletiva e do Serviço Social. A motivação para escolha do tema surgiu a partir dos atendimentos realizados às pessoas em situação de violência sexual em um hospital de referência do estado de Santa Catarina para o aborto legal, no ano de 2013 e 2014.

Em meio à miríade de posições sobre o aborto, há um consenso entre alguns autores (FAÚNDES E BASZELATTO, 2004), (CAVALCANTE E XAVIER, 2006), (SANTOS, 2013), (BRASIL, 2009)¹ de que o mesmo é complexo e envolve diferentes instituições da sociedade. Outrossim, mobiliza posições diversas e algumas divergentes, como a da bancada religiosa, a dos movimentos feministas, a das instituições de saúde pública, a jurídica, entre outras que materializam reivindicações em um conjunto de Projetos de Lei². Muitos destes pautam argumentos religiosos, embora o Estado seja laico (BRASIL, 1988) e não represente princípios de nenhum credo. Os argumentos também são distintos e relacionados às leituras de cada segmento, por vezes, fundamentados na defesa da vida do conceito ou do direito da mulher.

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

2 Projetos de lei: PL nº 20, de 1991; PL nº 2.423, de 1989 (com o PL nº 1.035, de 1991, apensado); PL nº 1.135, de 1991 (com o PL nº 176, de 1995, apensado); PL nº 1.174, de 1991 (com o PL nº 3.280, de 1992, PL nº 1.956, de 1996, PL nº 2.929, de 1997, PL nº 3.744, de 2004, PL nº 4.304, de 2004, PL nº 4.834, de 2005 e PL nº 660, de 2007, apensados); PL nº 4.703, de 1998 (com o PL nº 4.917, de 2001, apensado); PL 343, de 1999; PL nº 60, de 1999; PL nº 7.235, de 2002 (com o PL nº 5.364, de 2005, apensado); PL nº 1.459, de 2003 (com o PL nº 5.166, de 2005, apensado); PL nº 7.443, de 2006; PL nº 478, de 2007 (com o PL nº 489, de 2007, apensado); PL nº 831, de 2007; Portaria No 415 (MS).

Segundo Gomes (2006, p.s/n), pela corrente que considera o ponto de vista biomédico, “aborto é todo produto da concepção eliminado com peso inferior a 500g ou idade gestacional inferior a 20 semanas”. Para outra corrente, representada principalmente por representantes religiosos, “o aborto é a morte de uma criança no ventre de sua mãe produzida durante qualquer momento da etapa de vida que vai desde a fecundação (união do óvulo com o espermatozóide) até o momento prévio ao nascimento” (GOMES, 2006, p.s/n). De acordo com a igreja católica, desde o momento da fecundação, a alma se incorpora ao ser, por isso, acreditam que a partir desse momento já existe uma pessoa humana³. “O que vemos é que as considerações a respeito do aborto são construídas com bases em valores religiosos, morais, culturais, entre outros”. (CAVALCANTE e XAVIER, 2006, p.95).

O aborto está oficialmente regulamentado no Brasil desde 1940, através do Código Penal. De acordo com o Art.128, pode ser realizado em duas situações: gravidez decorrente de estupro ou gravidez que acarrete risco de vida para a mulher. Nos demais casos, sua prática é considerada crime, exceto em situações de anencéfalos, incluídas em alguns serviços de aborto legal pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) - 54 de 2012, desde 2012, por meio da decisão do Supremo Tribunal Federal.

No campo da saúde, as ações institucionalizadas sobre o aborto são informadas pelo Código Penal (1940), pela ADPF 54 (2012), e pela Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL, 2012). Somam-se a esses instrumentos jurídicos, os protocolos de atendimento de alguns municípios, oriundos daquelas legislações⁴.

Há, ainda, posições ancoradas nos direitos sexuais e direitos reprodutivos (PIMENTEL e PANDJIARJIAN, s/ano), (BARSTED, 1991), (CORREA e PETCHESK, 1996). Estas ampliam o campo de debate para além do aborto legal, considerando a mulher protagonista de seu corpo e de suas decisões. Isto porque a discussão remete aos princípios e normas de

3 Destaca-se que tal concepção da igreja Católica apresentou mudanças no decorrer da história, sendo esta oficialmente aceita na atualidade pela Instituição. Nunes e Jurkewicz (2002) indicam que estudos realizados sobre documentos do início da Igreja demonstram que não houve uma posição única e definitiva do Cristianismo sobre o aborto.

4 Embora o Código Penal de 1940 contemple o aborto, somente após quarenta anos, no final da década de 1980, é que um serviço de atenção ao abortamento legal, no Hospital de Jabaquara, em São Paulo, foi implantado.

diretos humanos, que instituem os direitos reprodutivos e apontam para a garantia do exercício da sexualidade e da reprodução de modo individual e livre, sem qualquer tipo de coerção (VENTURA, 2009). No campo dos direitos humanos, o debate sobre o aborto figura como “direitos históricos, que atendem às diferentes necessidades de cada época, e são concebidos de forma a incluir todas as reivindicações éticas e políticas que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem ou deve ter perante sua sociedade” (VENTURA, 2009, p. 25).

Em meio ao conjunto de argumentos e orientações, indaga-se que posições orientam a produção de conhecimento sobre o aborto legal nos casos de violência sexual? Que percursos metodológicos orientaram os textos que integraram o *corpus*? Quais os principais resultados dos estudos analisados? Quem produz sobre a temática? Ou seja, quais são o perfil e as tendências da produção científica sobre o aborto legal nos casos de violência sexual?

Para dar visibilidade aos dados e às questões norteadoras, o texto foi estruturado em quatro seções: introdução, percurso metodológico, resultados da pesquisa e, por último, considerações finais.

Percurso metodológico

A pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa e a coleta de dados ocorreu através do Sistema WebQualis - Portal CAPES⁵. Os periódicos selecionados foram aqueles identificados com *Qualis A* nas áreas de Saúde Coletiva e Serviço Social. Para análise dos dados foi utilizada a análise temática de conteúdo, segundo modalidade sugerida por Bardin (1977). Tal metodologia assegurou a sistematização dos dados obtidos, segundo critérios utilizados na pesquisa, além da interpretação dos resultados ocorrer através das categorias analíticas, aborto legal e violência sexual.

O *corpus* foi formado a partir de uma busca *online* no site *WebQualis* da CAPES para identificar as revistas de saúde coletiva e de Serviço Social, *Qualis A*, sendo a pesquisa realizada no ano de 2014. A escolha por revistas da área do Serviço Social ocorreu em função da formação das autoras,

5 *WebQualis* é um sistema *online* de classificação de periódicos nacionais e internacionais, nos quais haja publicações que representem a produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros de todas as áreas do conhecimento que podem ser acessados no site <http://qualis.capes.gov.br>.

e da saúde coletiva, pela suas inserções em um programa de residência multiprofissional em saúde⁶.

Para tanto, utilizou-se o campo “área de avaliação” e “estrato”, tendo como resultados na área de saúde coletiva os periódicos: Revista de Saúde Pública (Rev. Saúde Pública) e Cadernos de Saúde Pública (Cad. Saúde Pública). No Serviço Social, foram identificadas os periódicos: Revista Serviço Social & Sociedade (Serv. Soc. Soc.), Revista Katálysis (Rev. Katál.), Revistas Ser Social (Rev. Ser Social); Revista em Pauta (Rev. Em Pauta). Nota-se que as revistas selecionadas foram definidas pelo seu rigor de qualidade, e sua importância para a categoria profissional e acadêmica. Ademais, são revistas reconhecidas no âmbito profissional, e projetam produções atuais e relevantes oriundas de processos de pesquisa. Destacase, ainda, que a revista Cadernos de Saúde Pública constitui-se atualmente como uma das principais fontes de informação da área científica em saúde pública editada na América Latina.

Definido o cenário de coleta de dados, ou seja, as revistas, iniciou-se a identificação dos artigos que compuseram o *corpus*, a partir dos seguintes critérios de inclusão sugeridos por Lima e Miotto (2007):

- 1) *parâmetro temático*: escolha das obras a partir da temática do objeto de estudo. Este critério considerou os descritores utilizados para localizar os textos (aborto, aborto legal, violência sexual, aborto + profissionais; interrupção legal da gestação), bem como o objetivo do estudo (análise da produção de conhecimento sobre o aborto legal nos casos de violência sexual em periódicos da área da saúde coletiva e do Serviço Social);
- 2) *parâmetro linguístico*: textos em português, priorizando a realidade nacional;
- 3) *parâmetro cronológico*: não foi utilizado um período (ano) de corte para a seleção das obras;
- 4) *fonte de consulta com base nos seis periódicos selecionados*: Revista Serviço Social & Sociedade (Serv. Soc. Soc.), Revista Katálysis (Rev. Katál.), Revistas Ser Social (Rev. Ser Social); Revista em Pauta (Rev. Em Pauta), Revista de Saúde Pública (Rev. Saúde Pública) e Cadernos de Saúde Pública (Cad. Saúde Pública).

6 Residência Integrada Multiprofissional em Saúde. Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago -HU/UFSC, Florianópolis/ SC.

Os artigos encontrados com os descritores acima mencionados foram agrupados para leitura posterior, totalizando 99 exemplares. A próxima etapa consistiu na leitura dos resumos para conhecer o conteúdo e identificar quais textos atendiam a todos os critérios de inclusão. Nas situações em que os textos abordaram aborto, mas não o fizeram segundo o recorte do aborto legal nos casos de violência sexual, foram descartados, oitenta e quatro (84) artigos desconsiderados. Logo, compuseram o *corpus* 15 artigos, uma vez que responderam a todos os critérios estabelecidos.

Os dados coletados foram submetidos ao processo de categorização como forma de organização (BARDIN, 1977), que resultou na construção de eixos temáticos e na identificação dos seus sentidos, depreendidos da análise do *corpus*. Contudo, destaca-se que ao codificar e categorizar os dados, priorizou-se para discussão os eixos temáticos que mais foram recorrentes e que possibilitaram uma aproximação ao objeto de estudo.

Apresentação dos resultados

Os periódicos formam o contexto de produção dos dados e os situam. A Revista Serviço Social & Sociedade (Serv. Soc. Soc.) é a primeira Revista de circulação nacional do Serviço Social, e um importante periódico de consulta nas áreas do Serviço Social e das ciências humanas e sociais. Foi criada em setembro de 1979 e apresenta como política editorial a valorização e publicação de produções pautadas no conhecimento profissional e acadêmico dos profissionais de Serviço Social e áreas afins. É classificada no *site WebQualis* (Sistema *Qualis* Periódicos da Capes/MEC) com estrato A2 na área de avaliação do Serviço Social, com versão impressa e *online*, sendo indexada na plataforma *Scielo*.

A Revista *Katálysis* (Rev. Katál.) data de 1997 e é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Sua publicação é semestral e indexada na Plataforma *Scielo*. Além de circular nacionalmente, possui reconhecimento em países de língua hispânica e em Portugal, em universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Itália, Alemanha e França. O periódico é pensado para assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores, universitários e outros segmentos da sociedade civil e política. Busca promover debates atuais e relevantes nas áreas do Serviço Social e de outros campos do saber, sendo avaliada como A1 pelo Sistema *Qualis* CAPES na área do Serviço Social.

A Revista *Ser Social* (Rev. Ser Soci.) é um periódico do Serviço Social e destina-se a publicar trabalhos científicos que contemplem assuntos relevantes nesta área, da política social e afins, que possuem como foco discussões interdisciplinares. Suas edições são centradas em diferentes unidades temáticas, previamente definidas pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UNB e com importância para o contexto social contemporâneo. Sua periodicidade é semestral, está classificada no estrato A2 do Sistema *Qualis* CAPES para área do Serviço Social, e indexada na Plataforma *Latindex*.

A Revista *Em Pauta* (Rev. Em Pauta) é produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e possui *Qualis* A2 no portal CAPES na área de Serviço Social. Os temas de publicação transitam em torno das áreas contempladas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Instituição (mestrado e doutorado): políticas sociais e trabalho. A Revista é reconhecida por proporcionar espaço de debate e divulgação da produção acadêmica resultante de pesquisas científicas, ensaios, resenhas, traduções e expressões culturais. Seu foco principal está voltado para a “compreensão de determinações e contradições socioculturais que envolvem a esfera da política e o mundo do trabalho, com destaque para as lutas sociais no Brasil e nos países hispano-americanos, em seus embates por políticas públicas, liberdade e democracia”.⁷

O periódico *Cadernos de Saúde Pública* (Cad. Saúde Pública) é uma das publicações mais importantes em Saúde Pública da América Latina, editada desde 1985 pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro. Seu objetivo é contribuir com a veiculação de literatura para o estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins. O periódico *Cadernos de Saúde Pública* possui uma periodicidade mensal, e está classificado no estrato A2 do Sistema *Qualis* CAPES em saúde coletiva, além de estar indexado nas principais bases de dados, entre elas a Plataforma *Scielo*.

A Revista de Saúde Pública (Rev. Saúde Públ.) está em circulação desde 1967, sob a responsabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Seu objetivo é publicar trabalhos científicos que sejam relevantes para a saúde pública. É uma revista inter e multidisciplinar

7 Ver site: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/about/editorialPolicies#focusAndScope>.

aberta as contribuições científicas nacionais e internacionais, também de áreas afins. Sua periodicidade é bimestral, e está classificada no estrato A2 do Sistema *Qualis* CAPES em saúde coletiva, sendo indexada em importantes bases de dados internacionais, entre elas a Plataforma *Scielo*.

Como resultado da pesquisa *online* realizada nesses periódicos foram encontrados 99 artigos com as palavras chave: “aborto”; “aborto legal”; “interrupção legal da gestação”; “aborto + profissionais”; “violência sexual”. Ao utilizar o descritor “aborto” foram identificados 74 artigos, sendo que oito destes textos também figuraram no filtro “aborto legal”. Com “interrupção legal da gestação” não foi encontrado nenhum artigo; “aborto + profissionais” foram encontrados seis; “violência sexual” foram encontrados 19 artigos.

Entretanto, 84 textos foram desconsiderados por não contemplarem os critérios de inclusão selecionados, incluírem repetições de artigos, e não preverem em suas palavras-chave ou em seus resumos a discussão sobre aborto legal decorrente de violência sexual. Estes ao abordarem a temática faziam a partir de outros recortes e perspectivas. Ao total, o *corpus* foi composto por 15 artigos, oriundo das palavras chave: “aborto”, “aborto legal”, “aborto + profissionais” e “violência sexual”.

No conjunto dos Periódicos, as Revistas de Serviço Social apresentaram pouca ou nenhuma produção com os descritores utilizados. Na Rev. Serv. Soc. foram filtrados dois artigos com o descritor “aborto” e um (1) com “violência sexual”. Na Rev. Ser Social identificado um (1) texto com a palavra “aborto” e três com “violência sexual”, e na Rev. Em Pauta somente um (1) com o descritor “aborto”. A Rev. Katál. não apresentou artigos com nenhum descritor utilizado.

Das Revistas de Serviço Social, os textos localizados não responderam aos critérios de inclusão, tampouco se aproximaram do objeto de pesquisa, incluindo-se nos descartados. Chama a atenção o silenciamento da profissão para as discussões a respeito do aborto legal e da violência sexual por dois motivos. Primeiro, por serem temas das políticas sociais viabilizadas pelos/as assistentes sociais; segundo, por serem os/as assistentes sociais reconhecidos/as pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) como profissionais da saúde, o que reafirma a temática como uma das demandas possíveis ao exercício profissional.

Dias (2014), ao analisar a produção de conhecimento sobre gênero no Serviço Social brasileiro, identifica três aspectos que geram questionamen-

tos teóricos e metodológicos à categoria profissional: presença das relações de gênero no cotidiano profissional; trajetória histórica do/a assistente social como executor terminal das políticas sociais; formação profissional. Projeta-se o terceiro aspecto para entender o escasso interesse científico da profissão sobre aborto legal e violência sexual. Neste, a autora discorre sobre os desencontros e fragilidades da formação profissional, enfatizando a ausência dos estudos de gênero e temas correlatos, como direitos sexuais e reprodutivos, na maioria dos currículos dos cursos de Serviço Social.

Entende-se que tal fato tem relação com a adoção de determinada leitura teórica como orientadora da formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares Profissionais de 1996, que privilegia abordagens macro econômicas em detrimento de abordagens culturais. Ou seja, as posições teóricas, metodológicas e políticas adotadas pela categoria a partir da década de 1990 repercutem na análise, produção e publicização do conhecimento pelo Serviço Social, que acaba privilegiando alguns assuntos e desconsiderando outros.

Os periódicos que se destacaram como protagonistas na produção sobre a temática aborto e responderam aos critérios de inclusão do estudo foram Cad. Saúde Pública e Rev. Saúde Pública, como apresenta o Quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise

| Texto | Título do Artigo | Revista | Palavras-chave |
|-------|--|--------------------------|---|
| 1º | DINIZ, Debora. <i>Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública</i> . Rev. Saúde Pública [online]. 2011, vol.45, n.5, pp. 981-985. Epub 29-Jul-2011. ISSN 0034-8910. | Revista de Saúde Pública | Aborto Legal; Médicos; ética; Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Direito Sanitário; Objeção de Consciência. |
| 2º | DUARTE, Graciana Alves; OSIS, Maria José Duarte; FAÚNDES, Anibal e SOUSA, Maria Helena. <i>Aborto e legislação: opinião de magistrados e promotores de justiça brasileiros</i> . Rev. Saúde Pública [online]. 2010, vol.44, n.3, pp. 406-420. Epub 07-Maio-2010. ISSN 0034 8910. | Revista de Saúde Pública | Aborto Legal; Aborto Criminoso; Direito Penal [legislação]; Direito Penal [jurisprudência]; Ministério Público; Percepção Social. |

| | | | |
|----|---|---------------------------|--|
| 3º | DUARTE, Graciana Alves. <i>Mudanças na legislação brasileira sobre aborto: o que pensam os operadores de justiça?</i> . Rev. Saúde Pública, Jun 2010, vol.44, no.3, p.0-0. ISSN 0034-8910 | Revista de Saúde Pública | Aborto Legal. Aborto Criminal. Derecho Penal, legislación & jurisprudencia. Ministerio Público. Percepción Social. |
| 4º | MEIRA, Affonso Renato e FERRAZ, Flávio Roberto Carvalho. <i>Liberção do aborto: opinião de estudantes de Medicina e de Direito, São Paulo, Brasil</i> . Rev. Saúde Pública [online]. 1989, vol.23, n.6, pp. 465-472. ISSN 00348910. | Revista de Saúde Pública | Aborto legal; Conhecimentos [atitudes e prática]; Estudantes. |
| 5º | CESAR, Juraci A. et al. <i>Opinião de mulheres sobre a legalização do aborto em município de porte médio no Sul do Brasil</i> . Rev. Saúde Pública [online]. 1997, vol.31, n.6, pp. 566-571. ISSN00348910. | Revista de Saúde Pública | Aborto; Conhecimentos [atitudes e prática]; Saúde da mulher. |
| 6º | OLIVEIRA, Eleonora Menicucci et al. <i>Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo</i> . Rev. Saúde Pública [online]. 2005, vol.39, n.3, pp. 376-382. ISSN 0034-8910. | Revista de Saúde Pública | Violência; Estupro; Assédio sexual; Aborto legal; Serviços de saúde para mulheres; Mulheres maltratadas. |
| 7º | DINIZ, Debora. <i>Aborto e saúde pública no Brasil</i> . Cad. Saúde Pública, Set 2007, vol.23, no.9, p.1992-1993. ISSN 0102-311X | Cadernos de Saúde Pública | Não possui palavras chave. |
| 8º | VILLELA, Wilza V. E LAGO, Tânia. <i>Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 471-475. ISSN 0102311X. | Cadernos de Saúde Pública | Violência Sexual; Políticas de Saúde; Aborto Legal. |
| 9º | BEDONE, Aloisio e FAÚNDES Anibal. <i>Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 465-469. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Violência Sexual; Serviços Médicos de Emergência; Aborto Legal. |

| | | | |
|-----|--|---------------------------|---|
| 10º | OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. <i>Fórum: violência sexual e saúde. Introdução</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 455-458. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Violência Sexual; Aborto; Violência Contra a Mulher; Serviços de Saúde da Mulher. |
| 11º | LOUREIRO, David Câmara e VIEIRA, Elisabeth Meloni. <i>Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2004, vol.20, n.3, pp. 679-688. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Aborto Legal; Ética; Serviços de Saúde. |
| 12º | OSIS, Maria José Duarte et al. <i>Opinião das mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam fazer abortos</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 1994, vol.10, n.3, pp. 320-330. ISSN 0102311X. | Cadernos de Saúde Pública | Aborto; Aborto Provocado; Aborto Hospitalar; Saúde da Mulher. |
| 13º | MATTAR, Rosiane et al. <i>Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 459-464. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Violência Sexual; Estupro; Violência Contra a Mulher; Assistência. |
| 14º | SOARES, Gilberta Santos. <i>Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2003, vol.19, suppl.2, pp. S399-S406. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Aborto Legal; Saúde da Mulher; Violência; Pessoal de Saúde. |
| 15º | FACURI, Cláudia Oliveira et al. <i>Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil</i> . Cad. Saúde Pública [online]. 2013, vol.29, n.5, pp. 889-898. ISSN 0102-311X. | Cadernos de Saúde Pública | Violência contra a Mulher; Estupro; Violência Sexual; Delitos Sexuais. |

Fonte: quadro produzido pelas autoras.

Mapeando os/as autores/as

O levantamento *online* do currículo dos/as autores/as ocorreu através da Plataforma Lattes⁸, exceto do autor David Câmara Loureiro, que não possui currículo cadastrado neste Sistema; suas informações foram retiradas do próprio artigo e de pesquisas na internet.

As áreas de formação dos autores na graduação se dividem entre ciências sociais (5) e medicina (7). Estas se repetem na pós graduação, informando lugares e formas de apreensão do conhecimento e, particularmente, da discussão sobre o aborto, ou seja, de produção do discurso sobre a temática. Ressalta-se que a linha teórica das pesquisadoras Débora Diniz e Eleonora Menicucci de Oliveira é voltada para estudos feministas, e que o pesquisador Anibal Faúndes teve papel fundamental como um dos profissionais de saúde que fez parte da implantação do primeiro serviço de abortamento legal do país.

No conjunto dos artigos, 12 autores são os responsáveis pela autoria, pois três figuram em mais de um texto. Diniz é autora dos artigos 1º e 7º; Duarte 2º e 3º textos; Oliveira do 6º e 10º artigos, o que indica que a temática se apresenta como área de concentração de estudo destes pesquisadores. Em 10 artigos tem-se a presença de coautores, que em média são de dois ou mais profissionais. Em virtude do número elevado destes coautores não foi possível contemplar os dados de cada um deles de forma individual, sendo priorizadas as informações profissionais dos autores principais, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Dados sobre os autores

| Artigos | Nome | Sexo | Formação/Titulação | Atuação | Local |
|---------|--------------|------|--|------------|-----------------------|
| 1º, 7º | Debora Diniz | F | Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Antropologia, Doutorado em Antropologia | Professora | Brasília, DF – Brasil |

8 A Plataforma Lattes foi criada em 1999 e é mantida pelo CNPq. Integra as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições das áreas de Ciência e Tecnologia atuando no Brasil, em um único sistema de informações.

Aborto legal nos casos de violência sexual:
 uma análise da produção em periódicos científicos brasileiros
Kátia Morgana Sant' Ana & Luciana Patricia Zucco

| | | | | | |
|---------|--------------------------------|---|---|--------------|--------------------------|
| 2º, 3º | Graciana Alves Duarte | F | Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Saúde Pública, Doutorado em Doutorado em Tocoginecologia | Pesquisadora | Campinas, SP – Brasil |
| 6º, 10º | Eleonora Menicucci de Oliveira | F | Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Doutorado em Ciência Política | Professora | São Paulo, SP – Brasil |
| 4º | Affonso Renato Meira | M | Graduação em Medicina, Doutorado em Faculdade de Odontologia | Professor | Santos, SP – Brasil |
| 5º | Juraci Almeida César | M | Graduação em Medicina, Mestrado em Epidemiologia, Doutorado em Epidemiologia | Professor | Rio Grande, RS – Brasil |
| 8º | Wilza Vieira Villela | F | Graduação em Medicina, Mestrado em Saúde Coletiva, Doutorado em Medicina (Medicina Preventiva) | Professora | São Paulo, SP – Brasil |
| 9º | Aloisio José Bedone | M | Graduação em Medicina, Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, Doutorado em Ciências Médicas | Professor | Campinas, SP – Brasil |
| 13º | Rosiane Mattar | F | Graduação em Medicina, Mestrado em Medicina (Obstetrícia), Doutorado em Medicina (Obstetrícia) | Professora | São Paulo, SP – Brasil |
| 14º | Gilberta Santos Soares | F | Mestrado em Sociologia | ----- | João Pessoa, PB – Brasil |
| 11º | David Câmara Loureiro | M | Graduação em Medicina | ----- | Fortaleza, CE – Brasil |

| | | | | | |
|-----|---|---|--|--------------|--------------------------|
| 12° | Maria José Martins Duarte Osis | F | Graduação em Teologia, Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Antropologia Social, Doutorado em Saúde Pública | Pesquisadora | Campinas, SP – Brasil |
| 15° | Cláudia de Oliveira Facuri | F | Graduação em Medicina | ----- | Campinas, SP – Brasil |

Fonte: quadro produzido pelas autoras.

A maioria são mulheres (8) trabalhando com a temática, quatro são professoras, duas são pesquisadoras e duas não se obteve informação do cargo exercido. O recorte de gênero é explícito e chama a atenção o fato de que mulheres escrevem para mulheres e sobre temáticas vinculadas à figura feminina. Dos autores, três são professores e um (1) não identificou o cargo desempenhado. Muitos estão na condição de professores ou pesquisadores/as, sugerindo o não envolvimento cotidiano com as situações que envolvem a temática ou a execução da Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes. (BRASIL, 2012).

Destaca-se que a região Sudeste é predominante na produção de artigos que constituíram o *corpus*, totalizando oito obras. Tal dado pode estar relacionado às instituições de formação de conhecimento, que estão em grande número representadas também na região Sudeste; além disso, São Paulo é o estado pioneiro no atendimento ao aborto legal no país. Na década de 1980 foram realizados os primeiros procedimentos de aborto legal em serviços de saúde pública brasileira. Conforme Araújo (s/ano, p. 426), o Hospital Municipal Artur Ribeiro de Saboya, conhecido como Hospital do Jabaquara, em São Paulo, foi o primeiro a realizar o aborto nos casos previstos em Lei, seguido do Hospital Pérola Byington também em São Paulo. Atualmente outros hospitais oferecem este atendimento no país, tendo como referência as Normas Técnicas do Ministério da Saúde e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁹.

9 Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL, 2012). Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2011). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2011).

Artigos: metodologias, abordagens e tendências

Em relação aos artigos, suas abordagens e tendências, todos trazem como tema o aborto legal em casos de violência sexual ou o aborto na perspectiva do direito. Sobre a abordagem dos estudos, os artigos que mencionam sua metodologia de pesquisa são: 2º (estudo descritivo de corte transversal); 5º (delineamento transversal e de amostragem sistemática); 6º (estudo qualitativo); 8º (pesquisa bibliográfica); 10º (fórum temático); 11º (investigação de corte transversal); 12º (transversal- retrospectivo); 13º (pesquisa qualitativa); 14º (pesquisa qualitativa); 15º (estudo descritivo, quantitativo e retrospectivo).

Os textos dividiram-se entre avaliar as opiniões de usuárias, profissionais e estudantes das áreas da saúde e jurídicas sobre aborto e sua legalização, bem como descrever a assistência com foco nas rotinas e protocolos de serviços de referência ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual.

Os principais recortes trabalhados pelos autores foram: equipe multiprofissional (capacitação, acolhimento, sensibilidade); revitimização da mulher pelos serviços (falta de conhecimento da equipe sobre os protocolos); objeção de consciência dos/as profissionais (valores, crenças, religião, ética); assistência à saúde da mulher; necessidade de criação de novos serviços de atenção a mulheres vítimas de violência sexual; dificuldades de acesso ao aborto legal; necessidade de mudanças na legislação brasileira acerca do aborto. As palavras mais citadas foram: aborto legal, interrupção legal da gestação, aborto induzido e interrupção da gravidez, assim como violência sexual, estupro, agressão e violação. Por outro lado, os temas menos trabalhados foram direito sexual e reprodutivo, mortalidade materna e gênero.

Aborto Legal e seus Sentidos

Os sentidos encontrados no núcleo aborto legal foram: *aspectos jurídicos e criminalização do aborto; direito da mulher; aspectos religiosos, morais e éticos; dificuldades de acesso ao aborto.*

Os/as autores/as comungam da posição de que discutir o tema aborto não é tarefa simples em virtude das diferentes concepções que permeiam a sociedade. Há posições contrárias ao aborto com argumentos que recorrem ao início da vida e posições de defesa ancoradas no direito à autonomia feminina e à vida da mulher. Todos os textos recorreram à *legislação brasileira*, que prevê a *criminalização* do aborto através do Código Penal

de 1940, e praticamente todos apontaram a necessidade de mudança nos aspectos jurídicos sobre o aborto legal. Os/as autores/as do 2º e 3º artigos realizaram suas pesquisas com base na legislação brasileira, trazendo a opinião de operadores da justiça sobre a legalização do aborto.

Destaca-se que os dois textos possuem Graciana Alves Duarte como primeira autora. Ambos concluíram que os entrevistados das pesquisas indicaram a importância de mudanças na legislação brasileira acerca do aborto. Há opiniões que convergiram no sentido de ampliar as circunstâncias nas quais o aborto possa ser realizado por médicos e restringir as situações de criminalização; outras posições foram de que o aborto deveria ser considerado um crime, independentemente da circunstância em que é praticado.

Meira e Ferraz (1989), artigo 4º, igualmente fizeram estudo empírico de tomada de posição sobre a legalização do aborto com estudantes de medicina e de direito. A maioria concordou com a legislação brasileira sobre as situações em que o aborto é legalizado: “[...]em casos de gravidez resultante de violência sexual (93,2%) ou de gravidez que apresente risco de vida ou de saúde para a mulher (92,4%)” (MEIRA E FERRAZ, 1989, p. 471).

O 5º artigo, embora não tenha a legislação como foco principal, aponta os aspectos jurídicos através da opinião de mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam realizar os abortos. Segundo os/as autores/as, as posições convergem entre ser a favor ou contra a prática do aborto, tendo as entrevistadas em seus discursos diferentes motivos. Entre os argumentos contrários estão a religião, a criminalização, o direito à vida e a visão do aborto como método contraceptivo; os argumentos a favor compreendem as condições financeiras necessárias à qualidade de vida de uma criança, a diminuição dos abortos clandestinos e da mortalidade materna, entre outros.

Outro sentido identificado foi o *aborto como direito da mulher*. Quase todos os artigos concordam que o aborto legal deve ser visto na perspectiva do direito da mulher, pois há uma legislação (BRASIL, 1940) que o garante, ainda que de forma restrita. Segundo Pimentel e Pandjarian (2002, p. 72), as mulheres que vivem em países onde o aborto é criminalizado, como no Brasil, ainda sofrem limitações de acesso aos seus direitos e liberdades fundamentais, entre elas: “o direito de viver livre de violência e discriminação em razão de gênero, o direito à intimidade, à saúde, à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Merece destaque o 14º texto ao colocar em pauta que os fundamentos da política de atenção à vítima de violência sexual estariam ancorados no crime e não no direito, ou seja, na ausência de reconhecimento do sujeito, historicamente secundarizado pelas políticas sociais públicas. Diniz et. el. (2014) fundamenta esta colocação, apresentando uma crítica ao cenário atual, enfatizando que a mobilização das políticas e a atuação profissional não protegem a autonomia reprodutiva das mulheres, o que se protege é a figura da mulher vítima de estupro, sendo o atendimento pautado na violência. O ato sofrido pela mulher ganha destaque e não seu direito de interromper a gestação, seu direito reprodutivo. Em outras palavras o 14º texto reafirma que geralmente a assistência prestada pelos profissionais é norteada pela concepção de que o abortamento é um crime, sem referência aos direitos reprodutivos da mulher.

Não é novidade que as posições sobre aborto envolvem *aspectos religiosos, morais e éticos* sendo reproduzidos praticamente por todos os textos. Os movimentos religiosos ancoram seus discursos a favor da defesa incondicional da “vida” do concepto. Somente o 1º artigo aborda diretamente o direito à objeção de consciência dos profissionais, destacando a posição dos/as médicos/as nos casos de aborto legal. No entanto, este mesmo texto enfatiza que “o direito à objeção de consciência não é absoluto”, e acrescenta que é dever da instituição garantir o atendimento à mulher.

A única situação em que a religiosidade, argumentos morais, éticos não se fizeram presentes foi na associação entre aborto e casos de risco de vida à mulher, apresentado por Duarte et. al (2010), (2º artigo). Contudo, isso não significou nos resultados da pesquisa a aceitação de tal prática ou sua negação, mas um silenciamento por parte dos/as entrevistados/as sobre esse aspecto da legislação.

Todos os textos mencionam as *dificuldades de acesso ao aborto legal* através dos serviços públicos de saúde no Brasil. Os textos 10º e 14º tratam da posição dos profissionais em relação ao tema, o que acaba inviabilizando o direito de acesso das mulheres ao serviço ou resultando em atendimento inadequado. Os motivos elencados pelas pesquisas (10º e 14º) foram objeção de consciência, indisponibilidade para fazer o procedimento, falta de capacitação e receio de ter a imagem vinculada a este procedimento, que é tabu para a sociedade e instituições de saúde.

O 9º artigo coloca em pauta a insegurança dos profissionais em relação ao atendimento prestado no que diz respeito aos critérios de acesso previsto pelo Protocolo e às demandas das usuárias. Acrescentando elementos a essa discussão, o 12º texto trata do desconhecimento dos médicos sobre os aspectos práticos da aplicação da Lei, em função de conceitos errôneos, embora apresentem uma atitude positiva em relação ao aborto legal.

O 10º, 6º e 12º artigos tratam dos elementos necessários à implantação da Norma e não se restringem ao âmbito da execução do serviço, mas se somam aos aspectos institucionais. Estes envolvem uma rede de:

acordos intra e interinstitucionais necessários para garantir a abordagem multidisciplinar do atendimento e a integração com os serviços de segurança pública. Outra dificuldade se refere ao próprio fluxo e rotinas do atendimento, em particular no que diz respeito à interrupção da gravidez (OLIVEIRA, 2007, p. 457) (Art. 10º).

Os autores do 6º texto concordam que uma das dificuldades de acesso ao serviço é a falta de divulgação do atendimento, assim como a burocracia, igualmente discutida pelo artigo 12º.

Violência Sexual Contra Mulher e seus Sentidos

Os sentidos encontrados neste núcleo temático foram: *violência sexual e seus agravos; revitimização da mulher pelos serviços*. Os *agravos resultantes da violência sexual* podem ser amplos e abarcar diferentes dimensões da vida das mulheres. Todos os textos conceituam e trabalham a violência sexual.

No entanto, dois estudos (13º e 15º) dão maior enfoque àqueles desdobramentos para as mulheres e enfatizam seus efeitos devastadores nas esferas física e mental a curto e longo prazo. Os autores do 13º revelam que o percentual aproximado de gravidez após a violência sexual está entre 0,5% a 1-3% dos casos, além de inúmeras implicações:

[...] como o risco de abortamentos clandestinos, com conseqüências físicas variáveis desde processos anêmicos e infecciosos até perda de órgão ou óbito materno, e risco gestacional como complicações na gravidez, prematuridade, óbito fetal, anóxia perinatal, abandono de recém-nascidos, infecção puerperal e outras (MATTAR et al. 2007, p. 460).

Para os/as autores/as, a maioria das mulheres atendidas busca o isolamento após o ato de violência sexual. O 14º artigo, por sua vez, problematiza a assistência prestada pelos profissionais e destaca que:

[...] o despreparo para lidar com estas questões esteve relacionado com a falta de capacitação e do conseqüente domínio de instrumental teórico e prático para tratar dos agravos resultantes da violência sexual, uma vez que este tema não faz parte da formação acadêmica dos profissionais de saúde, junto à crença de que esta não é uma problemática pertinente ao setor saúde” (SOARES, 2003, p. 400).

Em seu conjunto, o *corpus* apresentou resultados semelhantes sobre o fato de uma parte dos procedimentos e rotinas das instituições submeter a mulher a uma nova violência, *revitimizando-a*. Alguns textos discutem a necessidade das usuárias terem de reproduzir sua história de violência a diferentes profissionais, gerando desgaste e caracterizando-se como uma nova violência.

O 10º texto faz uma crítica nessa direção, afirmando que “A mulher que já está sofrendo os agravos físicos, psicológicos e sociais decorrentes da violência sexual, ao pedir ajuda, seja no âmbito da justiça ou da saúde, muitas vezes está sujeita a ser submetida à outra violência”. (BEDONE; FAÚNDES, 2007, p. 465).

O 6º artigo acrescenta que muitas mulheres não procuram o hospital logo após a violência por desconhecerem este tipo de serviço, e acreditam que seja necessário o boletim de ocorrência (BO) e a presença do Instituto Médico Legal (IML), fato que as deixa constrangidas, pois precisam reviver a história. Os artigos 8º, 10º, 11º chamam atenção para o fato de alguns serviços exigirem em suas rotinas a realização do BO para realização do aborto legal, mesmo não sendo obrigatório.

Diniz et al. (2014, p. 292) afirma que a narrativa da mulher sobre a violência sexual sofrida é constantemente colocada sob suspeição nos serviços de aborto legal, sendo enfática: “[...] o testemunho da mulher não deveria ser submetido à investigação policial ou judicial da verdade para que fosse reconhecido como legítimo para o acesso aos serviços de saúde” (DINIZ et al. 2014, p. 292). Afirma que “Como guardiões da lei e da moral e responsáveis pela decisão sobre o direito ao aborto – os serviços de aborto legal – sentem-se cobrados a policiar não só os corpos das mulheres, mas também seus próprios regimes de funcionamento e suas práticas de assistência”. (DINIZ et al. 2014, p. 297).

O texto 10º, por sua vez, revela que não há “[...] reconhecimento das mulheres como seres autônomos e responsáveis, pelos profissionais, e se

constitui num importante obstáculo ao atendimento das vítimas, que muitas vezes deixam de buscar atendimento à saúde por se sentirem constrangidas de terem de passar primeiro por uma instância policial” (OLIVEIRA, 2007, p. 457). Explicita os desdobramentos institucionais e políticos da violência sexual presentes nos procedimentos e rotinas. Dentre eles, cita-se: extensão da violência para o âmbito dos serviços; negação dos direitos das mulheres; despreparo dos profissionais para lidar com a temática; recuperação de uma imagem e do lugar social do feminino que o desqualifica; apropriação do corpo da mulher pelos serviços.

Considerações finais

O estudo revela que o maior número de produções acadêmicas que contemplam a temática do aborto legal estão presentes nas Revistas de Saúde Coletiva: Cadernos de Saúde Pública e Rev. Saúde Pública, respectivamente. As Revistas de Serviço Social não têm a temática do aborto como objeto de estudo. De modo geral, o interesse pelo conhecimento sobre o aborto legal nos casos de violência sexual é de profissionais com formação em medicina e ciências sociais.

A ausência de produções acadêmicas sobre a temática nas revistas do Serviço Social, ainda que o/a assistente social esteja inserido nas equipes que atendem a demanda do aborto legal nos casos de violência sexual, está relacionada a posições teóricas, metodológicas e políticas. Considera-se, portanto, que a discussão permanece no âmbito da assistência, ou seja, do exercício profissional.

É indiscutível uma ampliação do debate sobre o aborto no Brasil, trazendo mais visibilidade à temática e colocando em pauta o direito da mulher de acessá-lo nas situações previstas em Lei. A leitura dos direitos reprodutivos, como dimensão de direitos humanos, é impulsionada e gera novas apreensões sobre os direitos legais e as políticas públicas, no sentido de assegurar instrumentos políticos e normativos que a sustentem.

Todavia, ainda que 99 artigos tenham sido encontrados através da busca realizada nos periódicos, poucos abarcaram o aborto legal nos casos de violência sexual. A parca produção pode estar relacionada ao tabu em que os dois temas estão imersos, dificultando sua incorporação como objeto de conhecimento científico; e/ou ao fato de a violência sexual não ser ainda reconhecida como um problema de saúde pelos profissionais que atendem esta

demanda, logo, como problema de pesquisa. Amplamente, os estudos trazem as dificuldades vivenciadas pelos profissionais em seu cotidiano de trabalho, seja por falta de conhecimento da legislação, seja por valores pessoais.

Ademais, as discussões centram-se significativamente na posição dos sujeitos sobre a temática, recuperando leituras jurídicas, religiosas ou morais, que por vezes polarizam o debate e invisibilizam as mulheres e suas experiências, inclusive como usuárias que necessitam de um serviço de atenção ao aborto legal. Secundarizam a discussão dos direitos humanos das mulheres, assim como do acesso aos serviços de aborto legal como uma política pública voltada à saúde da mulher, reproduzindo uma dinâmica de silenciamento sobre a temática sob a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

Sexualidade e reprodução não são problematizadas, tampouco são apreendidas como bens jurídicos que necessitam de proteção e promoção específicas, para assegurar dignidade e autonomia pessoal, sendo estes princípios caros aos direitos humanos. Contudo, denunciam o número insuficiente de serviços voltados e especializados para atendimento às mulheres vítimas de violência sexual existentes no Brasil, e defendem a criação de novos locais qualificados para esse atendimento.

Os resultados indicam a necessidade de o tema ser inserido nos cursos universitários para além do campo das ciências da saúde, sendo a temática transversal às relações sociais. Apontam que a dificuldade de abordá-la atravessa a produção de conhecimento quando o assunto é violência sexual com demanda para o aborto legal, tanto no Serviço Social quanto na saúde coletiva. Reafirma-se, portanto, a importância da elaboração de estudos que associem aborto e violência sexual segundo a leitura dos direitos sexuais e reprodutivos. Significa, desse modo, problematizar o acesso aos direitos sociais, ou seja, aos direitos coletivos, mas, igualmente, aos direitos individuais à vida, liberdade, inviolabilidade da intimidade, entre outros direitos humanos.

Referências Bibliográficas

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista, *Revista Estudos Feministas*, 1991, p. 104-130.

BRANDÃO, Elaine Reis. Renunciantes de Direitos? A Problemática do

Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Vol 16. n.2, 2006, p. 207-231.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Constituição (1940). Lei nº 2.848, de 17 de janeiro de 1940. Código Penal. Brasília, DF.

_____, Decreto nº4.316, de Julho de 2002. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Brasília, DF.

_____, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____, Ministério da Saúde. Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília, 2012.

_____, Ministério da Saúde. Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

_____, Ministério da Saúde. Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher : Princípios e Diretrizes/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 2. reimpr. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”. Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

CAVALCANTE, Alciene; XAVIER, Dulce. *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2006.

DIAS, Daiana Nardino. O Estado Da Arte Sobre Gênero No Serviço

- Social. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DINIZ, Debora; DIOS, Vanessa Canabarro; MASTRELLA, Miryam e MADEIRO, Alberto Pereira. A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil. *Revista Bioética*, vol. 22, nº 2, 2014, p.291-298.
- FAÚNDES, Aníbal; BARZELATTO, José. *O Drama do Aborto: em busca de um consenso*. Campinas: Komedi, 2004.
- GOMES, Márcia Pelissari. *O aborto perante a legislação pátria*. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katálysis*, vol.10, n.spe, 2007, p. 37-45.
- MEIRA, Affonso Renato e FERRAZ, Flávio Roberto Carvalho. Liberação do aborto: opinião de estudantes de Medicina e de Direito, São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, vol. 23, nº 6, 1989, p.465-472.
- MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos Críticos e Éticos Sobre a Violência Contra as Mulheres. *Physis Revista Psicologia & Sociedade*, vol 20, Edição Especial, 2008, p. 78-86.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Fórum:violência sexual e saúde. Introdução. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº 2, 2007, p.455-458.
- Organização Das Nações Unidas, ONU - Conclusão Geral do relatório Oficial do Governo Brasileiro para a IV Conferência sobre a Mulher. Assembléia Geral, 6 de outubro de 1999. _____. Conferência do Cairo – Plataforma de Ação. _____. Conferência de Beijing – Plataforma de Ação, 1995. _____. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.
- PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN V.; PIOVESAN F. Aborto: descriminar para não discriminar. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/aborto.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- SANTOS, Cecília MacDowell, & IZUMINO, Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. In E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, vol. 16, nº 1, 2005, p. 147-164.

SANTOS, Jôse Augusta Barbosa dos. Aspectos Éticos e Jurídicos do Aborto. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3567&idAreaSel=21&seeArt=yes>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

VENTURA, Miriam. Direitos Reprodutivos no Brasil. 3ª Edição. Brasília: UNFPA, 2009.

Fontes Documentais

BEDONE, Aloisio e FAÚNDES Anibal. Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº 2, 2007, p.465-469.

CESAR, Juraci A. et al. Opinião de mulheres sobre a legalização do aborto em município de porte médio no Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, vol. 31, nº 6, 1997, p.566-571.

CORREA, Sonia; PETCHESK, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, vol 6, 1996, p. 147-77.

DINIZ, Debora. Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, vol. 45, nº 5, 2011, p.981-985.

DINIZ, Debora. Aborto e saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº 9, Set/2007 p.1992-1993.

DUARTE, Graciana Alves; OSIS, Maria José Duarte; FAÚNDES, Anibal e SOUSA, Maria Helena. Aborto e legislação: opinião de magistrados e promotores de justiça brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, vol. 44, nº 3, 2010, p.406-420.

DUARTE, Graciana Alves. Mudanças na legislação brasileira sobre aborto: o que pensam os operadores de justiça?. *Revista de Saúde Pública*, vol. 44, nº 3, Jun/2010, p.0-0.

FACURI, Cláudia Oliveira et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol.29, nº 5, 2013, p.889-898.

LOUREIRO, David Câmara e VIEIRA, Elisabeth Meloni. Aborto: co-

nhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 20, nº3, 2004, p.679-688.

MATTAR, Rosiane et al. Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual:a experiência da Universidade Federal de São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº 2, 2007, p.459-464.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Revista de Saúde Pública*, vol. 39, nº 3, 2005, p.376-382.

OSIS, Maria José Duarte et al. Opinião das mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam fazer abortos. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 10, nº 3, 1994, p.320-330.

SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 9, suppl. 2, 2003, p.S399-S406.

VILLELA, Wilza V. E LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cad. Saúde Pública*, vol. 23, nº 2, 2007, p.471-475.

* Kátia Morgana Sant' Ana é Assistente Social. Residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, ênfase em Saúde da Mulher e da Criança pelo Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago – Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC, Brasil). <k_morgana@yahoo.com.br>

* Luciana Patricia Zucco é Assistente Social. Doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do IFF, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, Brasil). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social/CSE/UFSC (Brasil). Tutora do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago/HU/UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero-NUS-SERGE/UFSC e do Instituto de Estudos de Gênero-IEG/UFSC. <lpzucco@uol.com.br>